

Investir as dívidas

por Celso Pinto
de São Paulo

Dívida Externa

A conversão da dívida do setor público, tanto externa quanto interna, em investimentos diretos pode ser uma boa alternativa para o País, desde que seja feita de forma apropriada. O economista Pêrsio Arida, ex-diretor do Banco Central e um dos inspiradores do Plano Cruzado, encontrou uma solução criativa para a questão.

A proposta de Arida, como explicou a este jornal, na primeira entrevista que concede desde que saiu do governo, em fevereiro, é canalizar o processo de conversão não para o estoque da dívida existente,



Pêrsio Arida

mas para a realização de novos projetos. Caberia ao Estado coordenar e definir esses novos projetos, basicamente em infraestrutura, mas o controle acionário ficaria em mãos dos capitais privados, internos e externos.

Ele vê uma série de vantagens numa opção desse tipo. Em primeiro lugar, esse poderia ser um programa destinado não só aos credores internacionais, como também aos credores internos. Ambas as dívidas assumem hoje dimensões gigantescas, implicam custos excessivos e caracterizam a incapacidade financeira do setor estatal.

No entanto, como argumenta Arida, não só há consenso de que o País deve continuar investindo pesadamente em certas áreas, especialmente de infraestrutura, como também existe poupança financeira, interna e externa, teoricamente disponível para dirigir-se a projetos desde que sejam interessantes e rentáveis.

É nessa área de investimentos pesados que fica

transparente o estrangulamento na capacidade do setor público. Os investimentos privados, em setores de bens de consumo, continuam a existir, mais ou menos intensos conforme os ciclos econômicos e as perspectivas do País.

O investimento pesado (por exemplo, no setor hidrelétrico, transporte ou telecomunicações) fica nas mãos do Estado porque é ele que dispõe das melhores informações, melhor capacidade de avaliação de prioridades e maior porte para a alavancagem de recursos. Todo o modelo de crescimento da década de 70 foi feito através da capacidade do Estado em investir respaldado pela absorção de poupança externa, com a dívida, e interna, pela emissão de títulos, criação de fundos, impostos ou contraindo dívidas e gerando atrasos de pagamentos junto ao setor privado.

Arida argumenta que esse modelo de expansão está inteiramente esgotado. A menos que se imaginasse uma alternativa radical, como uma moratória extensa tanto da dívida externa quanto da interna, dificilmente o Estado recomporá sua capacidade de financiar-se na mesma proporção da década anterior. E as alternativas radicais teriam o grave inconveniente de fechar portas no caso externo, desviar recursos para a especulação com ativos e dólares e inviabilizar o financiamento via títulos, no caso interno.

A saída, portanto, segundo Arida, é encontrar uma forma de o País viabilizar os investimentos (e o próprio setor estatal) através da participação de capitais privados. Teoricamente, seria possível tentar fazer isso dirigindo, por

(Continua na página 16)